

Congresso abdica de fechar Orçamento

BRASÍLIA — Depois de dez meses de discussões, sessões entrando madrugada adentro e 63 mil emendas apresentadas, o Congresso Nacional abriu mão na última hora de sua prerrogativa de dar o acabamento final no Orçamento. No Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), autorizados pelo relator geral do Orçamento, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), são os técnicos do Departamento de Orçamento da União

(DOU) do Ministério da Economia, que estão finalizando o texto da lei orçamentária, com a ajuda de colegas do Prodasen.

O Governo acabou ganhando de presente a prerrogativa de dar o acabamento final do Orçamento pelo próprio desinteresse do Congresso. Um dia antes de entrarem em recesso, os parlamentares aprovaram o Orçamento ainda sem seu texto final, que passaria, então, a ser elabo-

rado no Prodasen. Ao acatar 300 emendas de deputados e senadores, Fiúza esqueceu-se de retirar aqueles recursos aprovados de suas dotações iniciais. Assim, a mesma dotação era destinada a duas obras diferentes: a inicial, sugerida pelo Governo, e a final, constante da emenda acatada. Na etapa do Prodasen é que essas distorções seriam resolvidas. Mas agora, numa sala do Congresso, é o próprio Governo quem decide qual escola fará em

detrimento de tal estrada e qual hospital deixará de existir para dar lugar a tal Ciac.

Guindado ao posto de relator com a queda de João Alves (PFL-BA), envolvido em denúncias de uso político das verbas orçamentárias, Ricardo Fiúza julgou-se desincumbido de suas funções tão logo garantiu a aprovação do Orçamento em plenário e, iniciado o recesso, viajou para Recife.